

Religião e a apropriação do Santo Ofício por youtubers conservadores na contemporaneidade

Religion and the Appropriation of the Holy Office by Conservative YouTubers in Contemporary Times

Adson Rodrigo Silva Pinheiro¹
Leonardo Coutinho Lourenço²

RESUMO: Este artigo problematiza a manipulação da memória histórica da Inquisição por movimentos conservadores contemporâneos, com destaque para produções de mídia como “Brasil Paralelo” e iniciativas de influenciadores religiosos alinhados à extrema-direita presentes no Youtube. A partir de um diálogo entre os campos da História Pública, da História do Tempo Presente e dos Estudos de Memória, analisamos como essas narrativas distorcem o passado para legitimar projetos político-religiosos atuais. Discutimos as operações de descontextualização, o presentismo instrumental e a negação da violência histórica como estratégias de falsificação.

PALAVRAS CHAVE: Memória; Inquisição; Presentismo; Conservadorismo.

ABSTRACT: This article problematizes the manipulation of the historical memory of the Inquisition by contemporary conservative movements, with particular emphasis on media productions such as Brasil Paralelo and initiatives by religious influencers aligned with the far right political view on YouTube. Drawing on a dialogue between the fields of Public History and Memory Studies, we analyze how these narratives distort the past to legitimize current political-religious projects. We discuss operations of decontextualization, instrumental presentism, and the denial of historical violence as strategies of falsification.

KEYWORDS: Memory; Inquisition; Presentism; Conservatism

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI movimentos conservadores e reacionários viram na internet um modo mais rápido e fácil de se comunicarem com o grande público e propagarem suas ideias. Ofertando um sem número de possibilidades e formatos, sites, fóruns, grupos de discussão e, mais recentemente, plataformas que hospedam vídeos transformaram-se em ambiente propício para a proliferação de grupos conservadores e

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Atua nas áreas de Patrimônio Cultural e gestão cultural e de patrimônios materiais e imateriais, além de história da Época Moderna. E-mail: adson.rodrigo@gmail.com

² Bacharel e licenciado em História, mestre e doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Atua na área de história da Época Moderna. Esta pesquisa está sob financiamento do programa de TCT 4 da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas de Pesquisa do estado do Rio de Janeiro. E-mail: leonardocl.leonardo@gmail.com

reacionários que passaram a usar os meios da internet como forma de contornar as barreiras e filtros dos veículos de comunicação tradicionais. Dentre essas várias opções, uma em especial se destacou e se consolidou como plataforma central e convergente de vários tipos de conteúdo em formato de vídeo: o YouTube.

Construído como uma plataforma que hospeda vídeos feitos por usuários, o YouTube firmou-se nos últimos 15 anos como meio preferencial para comunicação em vídeo. Ainda que outras redes sociais façam sucesso e angariem vasto número de usuários, o YouTube como plataforma primeira desse tipo de formato mantém-se entre as plataformas preferidas e mais acessadas. Nele é possível encontrar uma vastíssima gama de conteúdo que vão desde vídeo-manuais de como montar um computador até técnicas de jardinagem e culinária, passando por vídeos com dicas sobre jogos de vídeo game, apresentações artísticas, clipes de músicas, diários de viagens ou pessoais em vídeos (os vlogs), além de programas dos mais variados tipos com entrevistas que ficaram muito populares, os chamados mesacasts .

Foi justamente nesse ambiente em que movimentos de extrema direita e conservadores encontraram espaço privilegiado para difusão e circulação rápida de suas ideias e para alimentar a polarização política que marcou os últimos 20 anos. Por não contarem com os filtros e mediações típicas dos meios de comunicação tradicionais (editores, redação, curadoria humana), as plataformas de vídeo, em especial o YouTube, tornaram-se palco para o surgimento de um conjunto relevante de produções audiovisuais que buscam recontar a história a partir da cosmovisão de movimentos conservadores. Outro atrativo do YouTube em relação às demais plataformas de mídia é a possibilidade dos usuários, a partir de canais criados, monetizarem seus vídeos, ou seja, serem remunerados pela plataforma pelos vídeos que postam com base nas propagandas que são veiculadas ao longo da transmissão.

O modelo de organização do YouTube também conta com a possibilidade de que outros usuários deixem comentários nos vídeos, propiciando uma interação entre o produtor de conteúdo e seu público. Aliás, a interação entre ambos é algo estimulada pela plataforma que considera o volume de comentários e compartilhamentos de um conteúdo nas métricas de “engajamento”, atributo algorítmico que mapeia o impacto dos conteúdos e que é proporcional à remuneração e alcance dentro do ecossistema da plataforma que o produtor alcançará. Com isso, movimentos reacionários, conservadores e de extrema-direita, que não encontravam espaços de circulação informacional no âmbito de meios tradicionais, criaram seus canais, migraram e se consolidaram ao longo do tempo nas plataformas digitais (SANTOS-D'AMORIM; CÓRBO, 2024, p. 4).

O presente artigo centra-se justamente em uma parte desses movimentos de cariz católico e conservador, em especial aquele ligado à reabilitação da imagem da Inquisição. Para tanto examinamos 4 vídeos específicos, veiculados nos canais do YouTube “Marcelo Andrade”, “Brasil Paralelo” e “Centro Dom Bosco”, os quais, ainda que distintos, partilham o objetivo de reinterpretar temas vinculados à tradição católica. Nos vídeos especificados, os elaboradores tratam fundamentalmente do tema da Inquisição e da perseguição religiosa empreendida pela Igreja católica entre os séculos XIV e XVIII. Nesses canais, selecionamos os seguintes vídeos como fontes principais: Os números da Inquisição são completamente chutados (canal Marcelo Andrade); O que foi o período da Inquisição? (Brasil Paralelo); Uma breve história da Inquisição (Centro Dom Bosco) e Faláncias contra a Igreja (Brasil Paralelo). A seleção baseou-se em critérios de circulação

pública, engajamento digital, orientação doutrinária explícita e pertencimento a redes conservadoras de comunicação histórica. Esses vídeos foram transcritos integralmente e submetidos à leitura atenta e analítica.

Ao mobilizarem a Inquisição como elemento isolado, esses vídeos não apenas operam um revisionismo factual, mas se inserem em um sistema ideológico que instrumentaliza o passado em nome de um projeto de recomposição simbólica da hegemonia católica conservadora. Logo, a Inquisição, aqui, não é apenas objeto, mas se torna um artefato de disputa pela hegemonia cultural, onde se confrontam projetos epistemológicos antagônicos. Trata-se, portanto, de examinar como tais narrativas participam da reconfiguração da cultura histórica, produzindo sentidos, identidades e ressentimentos em um contexto de crise da autoridade científica e avanço do revisionismo religioso digital.

O tribunal do Santo Ofício, ou a Inquisição, foi um instrumento de controle das consciências criado ainda na Baixa Idade Média pela Igreja católica. Seu foco de atuação nos anos iniciais eram movimentos contestadores dos preceitos dogmáticos da Igreja ou críticas sociais pontuais ao clero (GINZBURG, 1994). No princípio a atuação do Santo Ofício pouco fez valer o epíteto de tribunal uma vez que sua ação era pontual nas localidades onde as denúncias de espalhamento de ideias heréticas eram identificadas, a ação, portanto, era pouco estruturada e esporádica no curso da Idade Média. Somente ao longo da Época Moderna, contando com a participação dos monarcas católicos, é que a Inquisição tomou as proporções definitivas de um tribunal estruturado, com oficiais e ministros, regimentos e processos detalhados. Adiante nos deteremos sobre as peculiaridades da Inquisição tanto na Idade Média quanto na Época Moderna, por agora é importante retermos o significado simbólico da instituição, entendido como um sistema de repressão da diversidade religiosa e cultural no âmbito da Cristandade entre os séculos XIV e XVIII, além de instrumento de controle social e das moralidades a partir de ampla coerção e perseguição.

Nesse contexto, a memória inquisitorial, enquanto fenômeno histórico atravessado por dinâmicas de violência institucional, intolerância religiosa e controle social, tem sido objeto de constantes disputas de sentido no Brasil contemporâneo. Em um contexto de recrudescimento das tensões político-culturais e da ascensão de projetos conservadores, observa-se a reconfiguração desse passado como ferramenta ideológica. Narrativas produzidas por plataformas como “Brasil Paralelo” e por influenciadores religiosos ligados à extrema-direita buscam reabilitar a imagem do Santo Ofício, negando seus aspectos de coerção e repressão para, em contrapartida, celebrá-lo como instrumento de justiça e defesa da moralidade cristã.

Nas análises que aqui empreendemos, o amalgamar entre esse ecossistema informacional, os discursos dos grupos conservadores e reacionários católicos e a manipulação da memória e da história da Inquisição formam a base da qual partimos para entender o fenômeno da manipulação da memória e distorção do conhecimento histórico com objetivo de angariar vantagens políticas e econômicas. Ainda que os conceitos de recepção, significação e da teoria da comunicação sejam pertinentes, aqui optamos por outro caminho teórico-metodológico, privilegiando a análise do discurso e a discussão sobre a construção de memórias e história públicas.

1 NARRATIVAS EM REDE: O YOUTUBE COMO FONTE E LABORATÓRIO DA MEMÓRIA E DA MANIPULAÇÃO HISTÓRICA

A plataforma YouTube constitui, na contemporaneidade, uma das principais arenas de disputa pela memória coletiva, sendo instrumentalizada para a disseminação de saberes históricos críticos, mas também para a veiculação de discursos ideológicos marcadamente reacionários. A sua centralidade no ecossistema comunicacional contemporâneo decorre de seu amplo alcance, acessibilidade e capacidade de viralização de conteúdo. Conforme Castells (2005), a internet reconfigura a comunicação ao eliminar barreiras geográficas e ao tornar o usuário simultaneamente consumidor e produtor de conteúdo, característica que se intensifica no YouTube, cuja interface favorece a interação, o engajamento e a retroalimentação discursiva entre os produtores e a audiência.

Esse potencial interativo, conforme salientam Carvalho (2016) e Rodrigues (2019), oferece ao historiador público uma dupla responsabilidade: disputar os sentidos atribuídos ao passado na esfera pública digital e, ao mesmo tempo, produzir narrativas historicamente fundamentadas, capazes de resistir às simplificações e manipulações típicas dos dispositivos ideológicos conservadores. Tais dispositivos, conforme desenvolvido neste artigo, operam pela ressignificação de eventos históricos como a Inquisição, convertendo-os em símbolos morais da cruzada civilizatória cristã, num claro alinhamento com agendas autoritárias e reacionárias.

Nesse contexto, Prado (2021) argumenta que é fundamental que os historiadores tenham participação ativa nas mídias digitais, defendendo que o historiador não pode se eximir do debate público em plataformas na internet, sob pena de deixar espaço para o avanço de narrativas distorcidas e negacionistas. Segundo esse autor, a consolidação de uma história pública no ambiente digital exige a capacidade de articular criticamente a manifestação incessante das memórias individuais e das memórias coletivas cristalizadas, reafirmando, assim, o papel social do historiador como mediador qualificado entre as temporalidades do passado e as demandas do presente.

Quando relacionamos história pública e negacionismo destacamos que a prática historiográfica, quando voltada para o espaço público, assume um papel central no enfrentamento de narrativas distorcidas ou falsas sobre o passado. A história pública é apresentada como campo de mediação entre produção acadêmica e sociedade, capaz de democratizar o acesso ao conhecimento histórico e fomentar o pensamento crítico. O negacionismo é tratado não apenas como negação de fatos históricos estabelecidos, como o Holocausto ou crimes de ditaduras, mas como um fenômeno que se aproveita de redes sociais, plataformas digitais e disputas políticas para difundir versões manipuladas da história (DIANA, 2024). Nessa perspectiva, nosso texto pretende chamar atenção para o combate ao negacionismo que exige atuação ativa dos historiadores, como os de história moderna, na esfera pública, com linguagem acessível, uso de múltiplos meios de comunicação e compromisso ético com as evidências históricas.

Assim, segundo Prado, o historiador que atua no ciberespaço deve estar preparado para lidar com fontes digitais caracterizadas pela “hipertextualidade, interatividade e multimodalidade” (PRADO, 2021, p. 14), o que exige readequações metodológicas e abertura a diálogos interdisciplinares. No caso dos canais de YouTube dedicados à História, essa complexidade impõe uma ética de produção comprometida com a crítica das fontes, a contextualização rigorosa e a responsabilidade com o impacto social do conteúdo divulgado, o que não acontece com muitos dos produtores de conteúdo vinculados a agendas conservadoras, cuja atuação ignora os princípios fundamentais da

pesquisa histórica, privilegiando narrativas simplificadas, revisionistas e ideologicamente orientadas, que desinformam o público e instrumentalizam o passado para fins políticos.

Compreendendo esses vídeos como fontes históricas do tempo presente, é necessário considerar os impactos produzidos por seus criadores — os chamados youtubers — e pelas estratégias discursivas mobilizadas em suas narrativas.

O vídeo intitulado “O que foi o período da Inquisição?”, foi publicado pelo canal Brasil Paralelo e apresentado por Felipe Aquino. Lançado no YouTube, o vídeo supera 1,6 milhão de visualizações e está inserido em uma rede transmídia articulada pela Brasil Paralelo, que inclui site, loja de produtos, cursos, redes sociais e sistemas próprios de assinaturas e upgrades, como indica a descrição abaixo do vídeo.

Em análise dessa peça, observa-se a elaboração de um discurso cuidadosamente arquitetado para reabilitar a imagem da Inquisição, retirando-lhe seu caráter violento e repressivo.

Felipe Aquino, autor de diversos livros de apologética católica, e figura conhecida no universo da Renovação Carismática, adota um tom sereno, didático e revestido de autoridade moral e intelectual. A linguagem é acessível, as imagens são limpas e a montagem evita qualquer sinal de agressividade, o que não elimina, no entanto, o forte conteúdo ideológico subjacente. É justamente nesse revestimento de suposta neutralidade que reside parte de sua eficácia: o vídeo se apresenta como esclarecedor, objetivo e revelador de verdades ocultas pela “história oficial”.

Narrativamente, Aquino recorre a uma série de estratégias típicas da retórica conservadora no campo da História Pública digital. A primeira delas é o apelo à desconfiança: o público é convidado a duvidar do que aprendeu sobre a Inquisição, pois “muito do que foi dito veio de protestantes e iluministas anticatólicos”. A partir daí, o conteúdo se organiza como uma espécie de “correção histórica”, em que os excessos da Inquisição são relativizados, seus números minimizados, e sua missão apresentada como pedagógica, moralizante e misericordiosa. Essa lógica se aproxima daquilo que Sônia Meneses (2021) identifica como um novo regime de “verdadeira” operante nas redes digitais, em que a verdade deixa de estar vinculada à crítica histórica e à mediação técnica, passando a ser mobilizada como mercadoria simbólica capaz de afirmar identidades e sustentar afetos.

Assim como no negacionismo da ditadura militar analisado por Meneses (2021), o revisionismo em torno da Inquisição não opera pela negação direta dos fatos, mas por sua recodificação simbólica dentro de um discurso de “restauração da verdade” — verdade esta produzida fora dos critérios historiográficos e amplamente validada por meio da performance de autoridade nas redes sociais. Para a autora, esse modelo se ancora na erosão dos modelos tradicionais de verificação e no enfraquecimento da “parresía” foucaultiana — o dizer-verdadeiro ético e corajoso — substituído por narrativas de aparência técnica, mas atravessadas por intenções ideológicas (MENESES, 2021). A retórica de Aquino, portanto, exemplifica como a história é instrumentalizada na cena pública digital como ferramenta de guerra cultural, sustentada por um ethos de desconfiança, ressentimento e reencantamento religioso.

Essa visão é complementada por uma lógica de comparação moral: Aquino afirma que, à época, o tribunal inquisitorial seria mais brando do que a justiça civil, e que a Igreja,

longe de perseguir, teria sido uma instituição moderadora, impedindo linchamentos e promovendo a conversão dos desviantes. O herege, nesse discurso, deixa de ser uma vítima para tornar-se alguém a ser salvo, e a Inquisição surge não como repressão, mas como cuidado pastoral — o que representa uma clara inversão da crítica historiográfica consolidada nas últimas décadas.

Ao observar o canal Brasil Paralelo como um todo, percebe-se um esforço profissionalizado de construção de hegemonia cultural por meio de produtos audiovisuais com alto apelo estético. Os vídeos têm boa qualidade de imagem e som, vinhetas que emulam o cinema documental e thumbnails chamativas, geralmente com expressões de surpresa ou indignação. Esses elementos compõem um ecossistema comunicativo que atrai seguidores pela combinação de visual atrativo, promessas de revelação e a oferta de uma “história alternativa”.

Neste cenário, o vídeo “O que foi o período da Inquisição?” deve ser compreendido como um documento histórico do tempo presente: ele expressa, em linguagem digital, a tentativa de setores do catolicismo tradicionalista e da nova direita de reencantar o passado, sob uma lógica providencialista e autoritária. Ao minimizar a violência inquisitorial e negar a pluralidade de experiências históricas, o vídeo contribui para a construção de uma memória seletiva e excludente — uma operação ideológica que transforma o passado em instrumento de legitimação de projetos políticos no presente.

Ao acessarmos o referido vídeo, deparamo-nos com uma produção audiovisual que, embora se apresente sob o rótulo de “educativa”, constitui uma peça estratégica no tabuleiro da guerra cultural travada no ambiente digital, pois, em termos formais, o vídeo se vale de uma retórica de autoridade sutil e eficaz. Felipe Aquino fala com voz pausada, tom professoral e aparência de serenidade, evitando confrontos explícitos e buscando conquistar o espectador por meio da confiança. Seu discurso está alinhado à estratégia da “história cruzadista”: apresenta a Igreja Católica como bastião civilizacional e a Inquisição como expressão de justiça e de misericórdia, reformulando-a em contraste com supostos excessos populares ou seculares da época. A construção dessa narrativa se ancora em comparações relativizantes (“a Inquisição matou menos que Calvino”), apagamento das vítimas e uma visão providencialista do papel da fé no processo histórico.

Contudo, é na descrição e nas interações da audiência que o vídeo se revela, com ainda mais nitidez, como um artefato de disputa pela memória. Os comentários abaixo da publicação expressam fortemente a reação crítica de parte do público, o que é apresentado em vídeos da Brasil Paralelo, geralmente blindados por uma “bolha ideológica”. Centenas de usuários criticam abertamente o conteúdo, com frases como: “revisionismo histórico total”; “passando pano para o injustificável”; ou “como podem defender a Inquisição?”. Há referências diretas a autores perseguidos, como Giordano Bruno e John Wycliffe, e questionamentos ao silenciamento das vítimas. Outros comentários apontam a falácia de usar a diferença de contexto histórico como desculpa para práticas inaceitáveis, denunciando o uso ideológico da história com argumentos como: “os fins não justificam os meios”, ou “isso não foi o que Cristo ensinou”.

Essa recepção crítica mostra que, embora a estética e o carisma do apresentador busquem conferir um verniz de neutralidade, o conteúdo não passa despercebido como uma tentativa de reabilitação moral de uma instituição, a igreja católica por meio da inquisição, marcada por práticas sistemáticas de repressão. Muitos comentadores expressam frustração com a própria Brasil Paralelo, acusando a empresa de “passar pano”

ou até de ter “perdido credibilidade”. Isso revela uma fratura interna no público-alvo conservador, entre os mais alinhados à teologia tradicionalista e aqueles que, ainda que conservadores, não estão dispostos a defender o passado inquisitorial.

A descrição do vídeo também é reveladora: além do link para o episódio completo (intitulado “*Falácia contra a Igreja*”), há chamadas para vendas, upgrades de assinatura e redirecionamentos para outros produtos da empresa. Isso evidencia que a disseminação desse tipo de conteúdo está integrada a uma estratégia comercial e política mais ampla, em que a história é convertida em mercadoria ideológica. A Brasil Paralelo se define como produtora de “conteúdo informativo e educativo”, mas seu campo de atuação, como se vê, transcende a informação e alcança o proselitismo histórico, com fins de mobilização afetiva e fidelização de audiência.

Outro vídeo conservador analisado é o intitulado “Os Números da Inquisição são completamente chutados!”, apresentado por Raphael Tonon e hospedado no canal de Marcelo Andrade no YouTube. Tal vídeo constitui um exemplo eloquente de como o ambiente digital se tornou um terreno fértil para a ressignificação e, muitas vezes, a distorção de eventos históricos traumáticos. Com estética simples, tom didático e linguagem acessível, o conteúdo assume a aparência de uma aula informal, ao mesmo tempo em que opera discursivamente na tentativa de reabilitar a imagem da Inquisição, reduzindo seus impactos históricos e negando a legitimidade da crítica historiográfica construída nas últimas décadas.

Nesse debate podemos incorporar o conceito de estética da recepção, uma vez que ela permite aprofundar a análise da circulação digital de narrativas revisionistas sobre a Inquisição, deslocando o foco da produção para a interação entre obra e público. Tal perspectiva, elaborada por Jauss (1979), destaca que o sentido de um texto não está exclusivamente em sua estrutura ou intenção autoral, mas se realiza no horizonte de expectativas do leitor ou, neste caso, do espectador digital. Assim, os vídeos analisados não são compreendidos apenas como produtos ideológicos em si, mas artefatos que adquirem pleno significado na recepção ativa e afetiva de suas audiências. Os comentários, compartilhamentos e reações nos canais de YouTube revelam precisamente esse processo: longe de uma recepção passiva, o público engaja-se emocional e cognitivamente com os conteúdos, reinterpretando-os conforme suas próprias referências morais, políticas e religiosas.

Ao longo da fala de Tonon, observa-se uma estratégia recorrente nos revisionismos contemporâneos: o uso seletivo de autores consagrados, o deslocamento de citações fora de contexto, e a constante comparação entre a Inquisição e outras formas de violência, como as promovidas por Calvin ou os excessos do Iluminismo, para atenuar ou justificar o terror inquisitorial. Além disso, o vídeo constrói um “ambiente de revelação”, sugerindo ao público que a verdadeira história foi oculta por séculos por interesses anticatólicos e que, agora, finalmente, viria à tona graças à coragem de “pesquisadores independentes”.

A estética do vídeo e sua inserção no formato de “corte de podcast” conferem a fala de Tonon uma aura de informalidade e espontaneidade. Contudo, por trás da leveza e da linguagem acessível, observa-se uma estratégia discursiva bem delineada: minimizar a violência institucionalizada da Inquisição, deslocar o debate para o campo numérico e sugerir que grande parte do que se sabe sobre o Santo Ofício é resultado de propaganda anticatólica iluminista ou protestante. Assim, o vídeo busca provocar o espectador com a

promessa de revelações “esquecidas” pela historiografia oficial, sem tratar quais são essas temáticas de forma clara, sendo um dos recursos utilizados para criar engajamento em tempos de desconfiança nas instituições e na ciência.

Os dados associados à publicação do vídeo reforçam sua funcionalidade como instrumento de produção de comunidade ideológica. Apesar de um número moderado de visualizações frente aos grandes canais (cerca de 31 mil), a repercussão nos comentários revela forte engajamento: há manifestações de apoio, admiração ao entrevistado, chamado inclusive de “um Chesterton brasileiro”, e disposição para usar os argumentos apresentados como contraponto em debates com professores universitários, especialmente das áreas de Pedagogia e História. Esse embate simbólico contra o campo acadêmico é parte fundamental da estratégia: o canal constrói uma retórica de antagonismo à universidade pública, acusada de doutrinação, e se propõe como fonte alternativa “livre de ideologias”, quando, na verdade, promove uma ideologia religiosa autoritária e restauradora.

Os comentários, contudo, também evidenciam tensões internas: usuários judeus, protestantes, católicos e leigos denunciam a tentativa de “passar pano” para a Inquisição e ironizam a tentativa de romantização do período. Aparecem, ainda, relatos pessoais, como o de uma usuária descendente de cristãos-novos perseguidos em Salvador (BA), que recorre ao arquivo da Torre do Tombo para contestar o revisionismo proposto. Outros mencionam nomes como Galileu Galilei, Giordano Bruno e os mártires protestantes, enfatizando que, independentemente do número de mortos, a Inquisição representa um marco de intolerância institucionalizada e repressão à liberdade de consciência.

É importante destacar que a veiculação do vídeo está atrelada a uma campanha de venda de cursos, livros e produtos digitais. A estratégia de atração é bem delineada: um tema polêmico, uma suposta verdade escondida, uma figura carismática, a promessa de esclarecimento e, ao final, a conversão simbólica do espectador em “aluno” de uma escola que diz oferecer a verdadeira história.

Como documento histórico digital, o vídeo deve ser interpretado como evidência do uso das plataformas audiovisuais para reconfigurar a memória coletiva. Ele revela as práticas de comunicação da nova direita religiosa, que combina didatismo, empatia retórica, estética conservadora e disputa de autoridade epistêmica para construir uma narrativa contra-hegemônica. Essa narrativa não se limita ao passado: ela mobiliza afetos e repertórios simbólicos para atuar no presente, sobretudo na formação de identidades político-religiosas em tempos de crise de confiança nas instituições democráticas.

Por fim, o vídeo “Uma breve história da Inquisição”, apresentado por Lucas Lancaster e publicado no canal do Centro Dom Bosco, configura-se como um exemplo paradigmático do uso do YouTube como arena de disputa ideológica pela memória histórica. O conteúdo se inscreve no esforço de reabilitação da imagem da Igreja Católica, promovido por setores ultraconservadores que buscam reposicionar eventos traumáticos do passado sob uma ótica apologética.

Publicado em 5 de maio de 2024, com mais de 25 mil visualizações até abril de 2025, o referido vídeo é mais do que uma exposição sobre o passado: é uma peça discursiva emblemática da reconfiguração da memória histórica promovida por movimentos católicos ultraconservadores. Com 550 mil inscritos, o canal se posiciona como um polo de resistência às interpretações modernas da história, e sua missão é

explícita desde a descrição do vídeo: “os revolucionários mentem sobre os assuntos mais importantes da história com o simples objetivo de apagá-la”.

Neste vídeo em particular, Lucas Lancaster dedica-se a “desmistificar” o que chama de “lendas negras” da Inquisição. Em tom sereno e confiante, argumenta que os números tradicionalmente atribuídos às mortes provocadas pelo Santo Ofício foram inflacionados por protestantes, iluministas e anticatólicos. Sustenta que a Inquisição, em sua essência, foi uma instituição moderada, jurídica, protetora e, em muitos casos, mais justa do que os tribunais civis da época. Lancaster se vale de comparações relativistas e de uma narrativa que busca naturalizar a repressão inquisitorial como uma forma legítima de preservação da unidade social e da fé.

Desde o primeiro instante, o vídeo deixa claro seu propósito: combater aquilo que o canal classifica como *mentiras* promovidas pelos “revolucionários infiltrados” nas instituições culturais e educativas. Sob esse enquadramento conspiratório, Lancaster se posiciona não como um historiador neutro, mas como um defensor da fé e da tradição, empenhado em revelar a “verdadeira história” da Inquisição, uma história que, segundo ele, teria sido manipulada por séculos para atacar a Igreja Católica. A Inquisição, nesse discurso, não é o símbolo do terror e da intolerância religiosa, mas uma instituição jurídica legítima, moderada e misericordiosa, criada para proteger a fé e a ordem social de sua época.

A estrutura da fala é habilmente encadeada. O locutor alterna referências à história do direito com exemplos retirados da tradição cristã, sugerindo que o tribunal inquisitorial teria sido um precursor do moderno inquérito policial e um marco no desenvolvimento da justiça penal. A brutalidade das fogueiras, os autos de fé, a perseguição aos hereges, aos judeus e às mulheres acusadas de bruxaria são tratados de maneira secundária, diluídos em relativizações do tipo: “era assim que as pessoas pensavam naquela época”. O foco está na tentativa de reabilitar a Inquisição e restaurar a autoridade moral da Igreja.

Mas o vídeo não se encerra em si. Ele está conectado a uma rede maior de produção simbólica: há convites para se tornar membro patrocinador do canal, links para grupos exclusivos no Telegram e sugestões de bibliografia apologética. A Inquisição é, nesse sentido, apenas um dos temas utilizados para fidelizar uma audiência que busca segurança doutrinária em tempos de crise cultural. O apelo emocional é constante: expressões como “*Salve Maria*” e “*Viva Cristo Rei*” se repetem nos comentários, que assumem a forma de uma verdadeira procissão digital. Muitos espectadores agradecem pela aula, afirmam ter tido a fé renovada, e pedem mais conteúdos sobre as “verdades escondidas” da história da Igreja.

Contudo, entre os mais de cem comentários, há também fissuras. Alguns usuários pedem bibliografia crítica, questionam a omissão de temas sensíveis como o *Malleus Maleficarum*, ou os massacres contra os cristãos-novos, e outros, mesmo se declarando católicos, demonstram desconforto com a tentativa de suavizar as violências perpetradas.

O vídeo atrai seguidores por meio de três estratégias principais: primeiro, pela autoridade discursiva, que emula uma aula de história “verdadeira” e supostamente livre de ideologia; segundo, no apelo identitário, do qual o espectador católico é convocado a se orgulhar de seu passado e defender sua tradição; e, por fim, pelo enquadramento contra-hegemônico, que se apresenta como revelador da “real história” ocultada por professores universitários, pela mídia laica e pelas instituições seculares. Essa combinação de estilo didático com a promessa de acesso exclusivo a uma verdade escondida cria forte

engajamento emocional com o público, que se vê parte de uma cruzada pela restauração da verdade histórica.

Na seção de comentários é possível observar a polarização típica desses espaços digitais. Parte da audiência agradece pelo “esclarecimento” e celebra a coragem do canal em “dizer o que ninguém diz”. Outros, no entanto, criticam abertamente a tentativa de justificar o injustificável e apontam a omissão ou distorção de fatos históricos amplamente documentados, como a perseguição aos judeus, hereges e cientistas. Há relatos pessoais, menções a arquivos como a Torre do Tombo e reflexões críticas que resistem à simplificação oferecida pelo vídeo.

A observação atenta dos vídeos presentes nesses três canais nos permite analisar criticamente os discursos revisionistas que reabilitam a imagem da Inquisição no contexto digital contemporâneo, e é possível compreender como esses conteúdos operam uma manipulação deliberada do passado — por meio de estratégias de descontextualização, apagamento de vítimas e reencantamento simbólico — para legitimar projetos políticos autoritários e restauracionistas no presente.

Pretende-se, na próxima seção, examinar de que modo a memória da Inquisição está sendo apropriada por grupos conservadores contemporâneos, sobretudo nas mídias digitais, com vistas à construção de um discurso político-religioso revisionista. Discute-se, ainda, o papel da História Pública diante dessa reconfiguração simbólica do passado e a necessidade de uma atuação crítica dos historiadores no enfrentamento da manipulação histórica e do presentismo.

2 DO FOGO AO FEED: A REENCARNAÇÃO E OS DISCURSOS DA INQUISIÇÃO NO DISCURSO CONSERVADOR DIGITAL

A imagem da Inquisição no imaginário coletivo é comumente associada à fogueira, à perseguição de bruxas e hereges e à interrogatórios extenuantes. Embora tais representações contenham elementos ancorados na realidade histórica, elas simplificam e obscurecem a complexidade do fenômeno inquisitorial.

Pouco difundido fora dos círculos acadêmicos, o conhecimento sobre as múltiplas configurações que a Inquisição assumiu ao longo do tempo, e que variaram conforme os contextos sociais, políticos e culturais, permanece restrito. Importa lembrar que o tribunal da Inquisição, originalmente criado no baixo medievo, enquanto instituição formal, consolidou-se apenas na Época Moderna (1453–1789), assumindo formas distintas na Península Ibérica, nas colônias e em outros territórios cristianizados. É justamente na lacuna entre os avanços historiográficos das últimas seis décadas e o desconhecimento generalizado do público leigo sobre o conhecimento crítico acadêmico produzido que se insere a atuação da extrema-direita religiosa, que manipula, distorce e instrumentaliza o passado inquisitorial como parte de um projeto ideológico mais amplo de revisionismo histórico e reencantamento autoritário do passado.

A reinterpretiação do passado a partir da confusão de muitas informações, estratégia definida como infodemia, é uma das manifestações de um processo que busca a “reabilitação” da Inquisição, ou melhor, da prática inquisitorial, e que tem por finalidade o reforço de valores religiosos ultrarradicais, conservadores e reacionários, com expectativas de ganhos políticos a partir da perseguição aqueles considerados “desviantes”.

Analisaremos a seguir como a reinterpretação é feita, suas estratégias para distorcer a realidade e recorrer a discursos de autoridade que fundamentam – de modo precário, mas eficiente – a leitura deturpada sobre o fenômeno inquisitorial a partir, sobretudo, da sinonímia entre a Inquisição moderna e a medieval.

Essa sinonímia forjada permite relativizar as violências promovidas pelo tribunal moderno — mais bem documentadas e analisadas — ao diluí-las em uma narrativa mais vaga, onde as ações inquisitoriais aparecem como respostas inevitáveis à desordem moral de seu tempo. O uso recorrente de dados não verificáveis e de fontes de baixa credibilidade, somado à ausência de referências claras, reforça esse processo de desinformação, dificultando a distinção entre os modelos institucionais e jurídicos que marcaram as diferentes fases da Inquisição. Assim, torna-se necessário restabelecer a distinção entre a Inquisição medieval — descentralizada, episódica e eclesiástica — e a moderna — institucionalizada, sistemática e com forte articulação entre o poder civil e eclesiástico — para evitar que o discurso revisionista continue a operar pela confusão, e não pela explicação.

As Inquisições medievais foram, via de regra, uma iniciativa da Igreja católica com objetivos específicos de suprimir formas de manifestações religiosas que foram consideradas por ela como heréticas. As ações de repressão tiveram lugar principalmente ao longo dos séculos XIII e XV, sobretudo nas regiões rurais do que hoje conhecemos como França, Itália, Alemanha, Suíça e Espanha (RUIZ, 1984. p. 45; BETHENCOURT, 2000, p. 12 *passim*). Os cátaros ou albigenses, valdenses, hussitas, wyclefitas, além de um variado número de religiões autóctones e cultos agrários foram alguns dos alvos da Inquisição medieval criada pelo papa Gregório IX no século XIII (RUIZ, 1984. p. 45 – 66; GINZBURG, 1994, p. 45-47). As ações dessa inquisição baseavam-se na busca pelas comunidades que davam suporte aos cultos heréticos, chegando, por vezes, a condenar vilas inteiras por heresia (FALBEL, 1977. p. 42) e as inquirições transcorriam usualmente através de visitas de religiosos, seculares ou regulares, nomeados pontualmente como inquisidores para aquela função específica.

Comparativamente, as Inquisições de tipo moderno foram paulatinamente centrando seu foco de ação em heresias específicas e seus procedimentos judiciais foram gradativamente normatizados e codificados, seguindo um processo de codificação geral que marcou a consolidação das monarquias modernas mais fortemente a partir do século XIV (BETHENCOURT, 2000, p. 51).

Os tribunais inquisitoriais modernos também gozaram de maior estruturação comparativamente aos seus congêneres medievais, sobretudo com apoio das monarquias católicas que viam nos tribunais uma forma de expandir seus domínios sobre assuntos religiosos sem, contudo, prescindir do beneplácito pontifício que chancelava e, em última instância, permitia o funcionamento dos tribunais (BETHENCOURT, 2000, p. 24-30; MARCOCCI, PAIVA, 2013, p. 50 *passim*). A ação coordenada entre o papado, a Coroa e os bispos deu aos tribunais inquisitoriais modernos maior estabilidade do que no medievo, fazendo-os contar com amplo corpo de ministros e oficiais oriundos das universidades, ordens regulares e povo comum, que serviram nos mais variados afazeres dentro da estrutura inquisitorial (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 50 *passim*).

Esse corpo de ministros e oficiais era encarregado de perscrutar as vidas e relações das pessoas denunciadas por algum desvio de ordem moral, religiosa ou sexual, deslindando as relações familiares e de parentesco alargado, a fim de desbaratar redes de

solidariedade que contribuíram para o concurso de ações delitivas. (VAINFAS, 1989, p. 60-65) Decorria daí a aplicação mais efetiva da casuística nos casos que buscavam individualizar as culpas e contrapor as práticas reais aos parâmetros filosóficos que se pretendia impor (VAINFAS, 1989, p. 65).

Portanto, importa comparar as Inquisições modernas e medievais para observarmos que, ainda que tivessem o mesmo nome, as Inquisições foram muito distintas em seus métodos, procedimentos e formas de legitimação. A confusão gerada pelos movimentos de extrema-direita busca turvar essa diferença fundamental entre dois fenômenos históricos com o intuito de diluir o ímpeto persecutório, uma vez que os dados sobre a ação das Inquisições medievais são menos detalhados e mais pulverizados nos arquivos do que as Inquisições modernas (GINZBURG, 1994, p. 12).

As perseguições medievais foram mais pontuais, dificultadas pela tênue distribuição populacional e pelas distâncias no continente europeu, o que impossibilitava a rápida troca de informações. Somada a isso, a irregularidade das estruturas da Inquisição medieval dificultava a sistematização e a perenidade das perseguições, convertendo-as em ações pontuais e efêmeras.

3 FETICHISSAÇÃO DO ARQUIVO E A AUTORIDADE INVENTADA: O USO RETÓRICO DAS ATAS DO SIMPÓSIO DA INQUISIÇÃO NO REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO

O método de comparar as duas Inquisições de modo apressado e superficial visa nuclar e enviesar o conhecimento sobre esse fenômeno histórico, e está lastreado no recurso a referências obscuras de difícil acesso ou inacessíveis por barreiras linguísticas, como é o caso das Atas do Simpósio Internacional sobre a Inquisição, realizado em 1998, sob os auspícios do Vaticano e cuja publicação só ocorreu em 2003. Usadas reiteradamente como fonte para demonstrar que os trabalhos históricos acadêmicos estariam “errados e ideologizados”, as Atas foram um esforço de compreensão empreendido pela Igreja Católica com o objetivo de produzir uma reflexão sobre o passado da Igreja, “seus erros, infidelidades, inconsistências, atrasos” dos quais, no curso dos séculos, os crentes poderiam ser responsabilizados” (BORROMEU, 2003. p. 5).

A realização do Simpósio Internacional sobre a Inquisição foi uma iniciativa do Papa João Paulo II no contexto das comemorações do grande Jubileu dos anos 2000. A organização do simpósio ficou a cargo do cardeal Roger Etchegaray, presidente do Comitê Central do Grande Jubileu dos anos 2000, enquanto a curadoria científica e a organização acadêmica recaíram sobre Jean-Pierre Dedieu, historiador francês especialista em Inquisição espanhola, Agostino Borromeu, historiador italiano especialista em História Moderna e Contemporânea da Igreja, e Guy Bedouelle, O. P., frade dominicano francês, doutor em Teologia, Direito e História, que dedicou boa parte de seus estudos à vida de São Domingos e aos estudos sobre a vida religiosa dos dominicanos.

Logo na apresentação do volume das atas do Simpósio, o cardeal Etchegaray deixou claro que a iniciativa do evento vinha da inspiração trazida pela carta apostólica Tertio Millenio adveniente. Publicada em 10 de novembro de 1994, a carta de João Paulo II, entre outras coisas, exortava a Igreja e aos fiéis a revisitarem seu passado, seus erros cometidos, e a buscarem reparação dos mesmos a fim de prepararem o espírito para a entrada no novo milênio (BORROMEU, 2003. p. 7). No mesmo documento, o Papa chamava a atenção especialmente para um

“capítulo doloroso sobre o qual os filhos da Igreja não podem deixar de voltar com pensamento aberto ao arrependimento” isso é “a aquiescência manifesta, especialmente em alguns séculos, a métodos de intolerância e mesmo de violência ao serviço da verdade” (BORROMEU, 2003. p .7 – 8) .

A esse período, salienta o cardeal Etchegaray, o Papa referia-se principalmente, ainda que não exclusivamente, à Inquisição.

Portanto, segundo o cardeal, a intenção do simpósio incluía-se nesse exercício de exame de consciência da Igreja sobre a prática de seus membros e fiéis, com o objetivo de corrigir os erros do passado. Para tanto, destacou que ao comitê organizador do simpósio foi pedido que convocassem os melhores pesquisadores internacionalmente reconhecidos sobre o respectivo tema, sem distinção de credo, posição política ou ideológica, seguindo a mais rigorosa e clássica tradição acadêmica. A cada especialista não se pediu nada além de duas coisas: máximo rigor acadêmico e metodológico, além de total liberdade para expor o resultado de suas pesquisas (BORROMEU, 2003. p. 8).

Academicamente, as Atas do Simpósio têm relevância por atualizarem e reunirem várias perspectivas sobre a história das Inquisições e significarem os primeiros contatos com corpus documentais que haviam sido tornados acessíveis há pouco tempo. De modo geral, as Atas podem ser vistas como um grande esforço de síntese que agregou diversos historiadores e historiadoras que se dedicaram ao estudo do Santo Ofício.

Ainda que pese alguma desigualdade quanto aos artigos individualmente, no cômputo geral tratou-se de um livro equilibrado, que fez justiça ao que o cardeal Etchegaray havia manifestado na apresentação do mesmo. Contando com artigos de nomes como Francisco Bethencourt, historiador português com grande experiência nos estudos comparados das Inquisições portuguesa, espanhola e italiana, Andrea Del Col, historiador italiano especialista no alcance administrativo e de controle social da Inquisição italiana, dos historiadores franceses Jean-Pierre Dedieu e Charles Amiel, especialistas nas Inquisições da Espanha e no tribunal em Goa, na Índia, respectivamente, ou ainda com o espanhol Jaime Contreras e o italiano Adriano Prosperi, com pesquisas sobre problema da conversão forçada e identidade religiosa e a estrutura legislativa e administrativa do Santo Ofício, respectivamente. Somada à diversidade de nomes, estava também a diversidade de idiomas. Os artigos foram escritos em italiano, espanhol, inglês e francês, sendo o espanhol e o inglês usados em 9 dos 29 artigos.

Essa longa digressão sobre as Atas do Simpósio se impõe pelo papel central que elas ocupam na retórica dos grupos de extrema-direita que as usam como salvaguarda de autoridade para opiniões e conjecturas sobre o tema da Inquisição com o objetivo de respaldar revisionismos de cunho laudatório e apologético. Esse movimento de uso das Atas como token do discurso de grupos de extrema-direita já foi objeto de estudo por Igor Tadeu Camilo Rocha (2021) ao examinar os blogs e os sites católicos brasileiros e a estruturação de uma rede de negacionismo em torno deles. No artigo em tela, observamos o mesmo uso das Atas nesse sentido e, conforme Rocha (2021, p. 7), uma espécie de retroalimentação e formação de uma cadeia de autorreferenciamento que busca potencializar o discurso revisionista e negacionista em torno do passado inquisitorial.

Ademais, percebe-se aqui outro fenômeno indicado por Igor Rocha (2021, p. 12) que é a citação às Atas a partir de leituras de terceiros. Nos vídeos da produtora Brasil

Paralelo, Felipe Aquino, conhecido por suas opiniões revisionistas sobre o passado da Igreja no geral e da Inquisição em particular, cita as Atas como base para afirmar, entre outras coisas, que as pesquisas sobre a Inquisição seriam enviesadas e que as informações apresentadas nas pesquisas acadêmicas atuais seriam forjadas. Aquino afirma, ao longo dos vídeos, que os trabalhos da Ata derrubariam a tese dos “milhões de mortos pela Inquisição”, e provariam que o tribunal não teria sido um produto da ação da Igreja, mas sim uma fabricação das monarquias da época, sem precisar, entretanto, de qual monarquia estava se referindo ou a que época.

Do mesmo modo, Aquino defende que os artigos do Simpósio refutariam a “acusação” feita por “historiadores esquerdistas” de que a Inquisição torturou os réus, sem definir também a qual tipo de tortura estava se referindo. Os dois argumentos centrais de que os historiadores – sem especificar quais – afirmariam que a Inquisição matou milhões e que o tribunal não torturou ninguém, são alguns dos falsos problemas levantados por ideólogos da extrema-direita para tentar desacreditar as pesquisas acadêmicas sobre o tema. Ocorre que a historiografia sobre o Santo Ofício, seja ela portuguesa, italiana, francesa, espanhola ou brasileira, nunca afirmou que a Inquisição tenha “matado milhões”, uma vez que o exame dos próprios documentos dos tribunais não sustentaria tal afirmação (ROCHA 2021. p. 13-15).

Ao lado disso, omite-se que a tortura inquisitorial previa explicitamente, conforme mostram os regimentos e os processos, que não poderia haver derramamento de sangue do supliciado durante as sessões por impedimento canônico. Portanto, os inquisidores modernos recorriam a métodos de tortura como a polé, método que consistia em levantar os indivíduos amarrados pelos pulsos e tornozelos até certa altura e depois dar-lhes uma queda repentina interrompida de súbito, a fim de descolar-lhes os ossos; ou a roda, que compreendia a amarrar o indivíduo a um estrado de madeira e apertar suas articulações com garrotes, com o objetivo de causar dor e ruptura dos ligamentos (VAINFAS, 1989. p. 22 – 23).

Tudo isso, é importante salientar, acompanhado por médicos que recomendavam quantos “tratos” (vezes de uso da polé ou apertos dos garrotes da roda) a pessoa poderia suportar antes de sucumbir à dor e ter sequelas permanentes, conforme consta nos processos inquisitoriais que incluíam quantas vezes o réu foi submetido à tortura. Para a Inquisição medieval, o uso dos ordálios, sobretudo para casos de bruxaria e feitiçaria, era recorrente.

As Atas do Simpósio Internacional, portanto, cumprem a função para os circuitos da extrema-direita de reafirmar suas opiniões, preconcepções e distorções não pelo que têm em seu conteúdo, mas por serem fontes de difícil acesso. Conforme mostrou Rocha (2021. p. 25), as citações aos trabalhos do Simpósio sempre vêm por fontes terciárias, ou seja, por ouvir dizer ou por excertos supostamente retirados dos artigos, sem que se faça a devida referência. É o que fazem, por exemplo, Lucas Lencastre no vídeo intitulado Uma breve história da Inquisição, disponível no canal do Youtube da fundação católica Centro Dom Bosco, e Raphael Tonon em entrevista a Marcelo Andrade, no canal Caravelas. Em ambos os casos há “denúncias” de que os historiadores detratam a Inquisição com números inventados e práticas retiradas de contexto e, novamente, os artigos das Atas são citados como base. Segundo Tonon, sem ler a Ata (como se fosse ela um documento único e não uma compilação de artigos) seria impossível “falar qualquer coisa sobre a Inquisição”.

Sem as referências claras sobre quais artigos os comentadores estão se baseando, com acesso dificultado pela barreira linguística e pela tiragem restrita, os textos do Simpósio tornaram-se um fetiche através do qual grupos de extrema-direita vinculados a um movimento de revisionismo e negacionismo histórico sobre a Inquisição tentam exorcizar a lógica, o rigor científico e a ética de pesquisa. O aspecto igualmente grave é que nenhum artigo do Simpósio defende o ponto de vista dos revisionistas, cujo trabalho acaba por afastar a obra de uma crítica acadêmica séria e qualificada, e torna-a uma referência obscura que blinda um pensamento para o qual não contribuiu ou ensejou.

O vídeo também parte de uma afirmação central: os números atribuídos à Inquisição ao longo da história teriam sido inflacionados por protestantes e, posteriormente, por iluministas, com o intuito deliberado de desacreditar a Igreja Católica. Um dos elementos mais recorrentes nos vídeos revisionistas sobre a Inquisição é a formulação de uma narrativa em que o Iluminismo figura como o grande inimigo civilizacional da Igreja Católica. Essa demonização não é apresentada como um debate historiográfico legítimo, mas como um ataque moral à modernidade. O Iluminismo é associado à mentira, ao relativismo, ao ateísmo e à degradação espiritual, construindo-se como espantalho ideológico que sustenta a reabilitação da ortodoxia inquisitorial e a rejeição de toda forma de crítica secular.

No vídeo do canal Marcelo Andrade, por exemplo, o revisionismo se ancora na denúncia de que os pensadores iluministas, especialmente Voltaire e Rousseau, teriam inventado ou inflado os números de mortos pela Inquisição com o objetivo deliberado de desacreditar a Igreja. Voltaire é acusado de envolvimento com o tráfico de escravos, enquanto Rousseau é apresentado como um hipócrita que abandonou seus filhos. Esses elementos biográficos são mobilizados para atacar o produtor da mensagem e não debater o conteúdo dela em si. A estratégia é clara: atacar as figuras do Iluminismo para descredenciar a razão crítica, a secularização e os princípios que sustentam a historiografia moderna.

Já no vídeo do Brasil Paralelo, esse movimento ganha contornos doutrinários. O Iluminismo é retratado como agente da decadência moral ocidental, acusado de ter implantado um projeto de corrosão dos valores cristãos. A ciência histórica, enquanto prática metodológica e interpretativa baseada na crítica de fontes, é colocada sob suspeita, por estar “contaminada” por ideologias modernas. Em seu lugar, afirma-se a necessidade de retorno à “verdade revelada”, ancorada na tradição doutrinária e na fé. Trata-se de uma rejeição ativa dos fundamentos epistemológicos da modernidade, que transforma a história em campo de doutrina e a historiografia crítica em inimiga da fé.

O vídeo do Centro Dom Bosco expande esse antagonismo. O Iluminismo é descrito como matriz de todas as heresias modernas: liberalismo, feminismo, socialismo, secularismo, pluralismo religioso e mesmo democracia. O herege medieval e o intelectual iluminista se fundem em um mesmo espectro simbólico: ambos são percebidos como vetores de desordem e dissolução espiritual. A crítica ao Iluminismo não se restringe ao campo das ideias, mas assume contornos de cruzada moral. Ao rejeitar o legado iluminista, os vídeos não apenas atacam a razão laica: eles afirmam uma teologia da história em que o retorno à autoridade eclesial é visto como o único caminho para a restauração da ordem.

Ao afirmar que “a Igreja salvou a Europa da destruição” e que “a fé moldava toda a sociedade”, o vídeo de Felipe Aquino reconstrói uma história providencialista, em que a Inquisição é compreendida como instrumento da vontade divina. Essa narrativa alinha-se

com o projeto ideológico da Brasil Paralelo, cujo discurso central consiste na restauração de um Ocidente cristão, moralmente coeso e hierarquizado.

Tal argumento, no entanto, revela uma profunda inversão metodológica. Em vez de partir da crítica das fontes inquisitoriais, da análise contextual e do debate historiográfico consolidado, o vídeo opta por uma narrativa de denúncia moral, fundada na ideia de que a história foi falsificada para perseguir os cristãos. A referência ao historiador Jacques Le Goff, por exemplo, é deslocada de seu contexto e utilizada para legitimar uma leitura indulgente da Inquisição, mesmo que sua obra jamais tenha proposto uma absolvição do Santo Ofício, mas sim uma crítica ao uso indevido de números desproporcionais.

Desse modo, um dos recursos discursivos mais recorrentes no vídeo é o uso estratégico da retórica de autoridade. Um dos momentos centrais do vídeo é a acusação feita à historiografia contemporânea, supostamente contaminada por ideologias seculares e incapaz de narrar a “verdadeira história”. Essa operação revela uma epistemologia fideísta da história, em que o passado é autorizado apenas quando narrado a partir da tradição religiosa. Trata-se de uma forma de deslegitimação da ciência histórica, substituída por uma teologia da história que privilegia santos, papas e mártires como únicos sujeitos válidos do processo histórico.

Contudo, a escrita historiográfica, enquanto prática disciplinar, ancora-se em um conjunto de pressupostos metodológicos e epistêmicos que, embora muitas vezes não formalizados em manuais, operam como normas implícitas compartilhadas pelo campo. Esses critérios são apreendidos e reproduzidos por meio da formação acadêmica, da prática de pesquisa e da experiência avaliativa, compondo o habitus intelectual do historiador (BOURDIEU, 2007). Entre esses princípios, destaca-se a exigência de verificabilidade das proposições: ainda que os modos de inteligibilidade do passado variem, seja por meio da análise de eventos, sujeitos, discursos ou memórias, a possibilidade de fundamentação e demonstração argumentativa permanece como traço constitutivo da escrita histórica (FLAMARION, VAINFAS, 2010).

Assim, as narrativas que mobilizam recursos retóricos, como o contrafactualismo desprovido de fundamentação empírica ou a imputação de motivações conspiratórias aos historiadores acadêmicos, deslocam-se da historiografia propriamente dita. Elas não se orientam pela lógica interna do campo histórico, mas sim pela construção de efeitos de verdade ancorados na performance discursiva e no apelo afetivo. Nesse sentido, a chamada “história contrafactual”, quando empregada como argumento político ou moralizante sem conexão com evidências documentais e sem compromisso com os métodos da disciplina, deixa de ser uma ferramenta heurística válida e passa a operar como instrumento ideológico de manipulação do passado. (MORAES, 2011).

O vídeo também promove uma visão fetichizada dos arquivos, especialmente do Arquivo Secreto do Vaticano. Ao sugerir que “basta uma carta de recomendação” para acessar segredos do passado, constrói-se uma narrativa de acesso fácil e desmistificado ao conhecimento histórico. Não se trata apenas de acessar o documento, mas de saber lê-lo, interrogá-lo, desconstruí-lo. Ao ignorar isso, o vídeo transforma o arquivo em símbolo de autoridade definitiva, reafirmando uma visão positivista e acrítica da história como espelho do passado, quando, na realidade, como ensina Arlette Farge (1990), os arquivos são lugares de tensão, lacunas e silêncios.

Como vimos, também compara com os iluministas. O vídeo dedica longos minutos à desconstrução de Voltaire e Rousseau, não como parte de um debate historiográfico, mas como alvos morais. O Iluminismo é retratado como farsa anticristã, projeto ateísta mal-intencionado e origem de todos os males contemporâneos (relativismo moral, perda de valores, secularização). Essa leitura se aproxima de teorias conspiratórias de matriz integralista, que apresentam a modernidade como processo de degradação espiritual. A operação discursiva aqui é dupla: ao demonizar os pensadores iluministas, o vídeo prepara o terreno para a reabilitação da teologia como paradigma de verdade absoluta e, ao mesmo tempo, descredencia as bases epistemológicas da ciência histórica moderna. Nesse modelo, não há espaço para crítica metodológica, apenas para “volta à verdade revelada”. A história é, assim, ressignificada como instrumento de reconquista moral.

O vídeo do Centro Dom Bosco também incorre em anacronismos explícitos, comparando as execuções da Inquisição à repressão promovida por Calvino em Genebra, como se um erro justificasse o outro. Essa prática, comum em revisionismos históricos, visa relativizar a gravidade da violência inquisitorial por meio de paralelos deslocados de seus contextos, obscurecendo as estruturas específicas que permitiram a emergência e o funcionamento do tribunal do Santo Ofício dentro da lógica da Cristandade e do Antigo Regime. Como demonstrado por Kamen (1997) e Bethencourt (2009), a Inquisição não pode ser compreendida à parte das relações de poder entre Igreja e Estado, da cultura da delação e da repressão moralizadora que marcou a modernidade ibérica.

A descontextualização constitui um dos instrumentos mais eficazes da manipulação histórica empreendida pelos discursos conservadores contemporâneos. Ao recortar episódios e práticas do passado sem a devida consideração de seus contextos políticos, sociais, jurídicos e culturais, esses discursos fabricam uma imagem simplificada e anacrônica da história, funcional aos seus projetos ideológicos.

No caso da Inquisição, a narrativa conservadora ignora as especificidades do Antigo Regime e das estruturas da Cristandade que permitiam a sobreposição entre poderes civis e religiosos. Desconsidera, ainda, os sistemas jurídicos inquisitoriais, baseados em provas secretas, denúncias anônimas e reversão do ônus da prova, práticas estas incompatíveis com os princípios do Estado de Direito moderno. Ao naturalizar a lógica inquisitorial como um mecanismo legítimo de preservação social, elimina-se a distância histórica necessária para a compreensão crítica da experiência inquisitorial em sua complexidade.

Além disso, a descontextualização histórica neutraliza o potencial emancipatório da memória, uma vez que impede a identificação dos mecanismos de exclusão e violência que se perpetuam, sob novas formas, nas sociedades contemporâneas. Sem a capacidade de reconhecer as especificidades e continuidades da intolerância, o passado perde seu poder de interpelação crítica, sendo reconfigurado como um repertório de justificativas para projetos autoritários.

Portanto, a análise das estratégias de descontextualização nos obriga a reafirmar a centralidade do contexto histórico na prática historiográfica e na educação histórica crítica. Somente pela recuperação rigorosa das condições históricas de emergência e funcionamento da Inquisição é possível resistir à sua manipulação como símbolo moral e instrumento de legitimação política no tempo presente.

Nesse sentido, o vídeo Uma breve história da Inquisição, protagonizado por Lucas Lancaster, deve ser compreendido como uma peça audiovisual que atua intensamente no

campo da disputa pela memória. No vídeo, essas operações atingem o ápice. A figura do herege medieval é associada a um arquétipo contemporâneo do inimigo moral: secularista, anticristão, permissivo, relativista. O catarismo é descrito em termos caricaturais, com referências a práticas como suicídio ritual, aborto, destruição da família e negação do corpo — elementos que, sem base historiográfica consistente, são incorporados para associar os cátaros a agendas modernas indesejáveis. A heresia é, assim, convertida em síntese de tudo o que ameaça a ortodoxia tradicionalista no presente.

Uma das operações mais perigosas em outro vídeo é a construção do Catarismo como seita destrutiva e anticristã. Felipe Aquino narra, sem apresentar fontes verificáveis, que os cátaros matavam mulheres grávidas e saqueavam vilarejos, criando uma imagem caricatural de “inimigos absolutos da civilização”. Essa estratégia remonta às práticas coloniais de desumanização do outro: a bestialização do herege serve para justificar retroativamente a repressão violenta.

Esse expediente de memória é funcional à retórica da “guerra espiritual justa”. Tal construção corresponde ao que Gil Anidjar (2002) chamou de teologia política do inimigo interno: uma tradição da cristandade que legitima o extermínio do “perverso” em nome da pureza doutrinária. O Catarismo, nesse sentido, torna-se o espelho mítico dos dissidentes contemporâneos: feministas, secularistas, religiosos não católicos, contra os quais o vídeo sugere que também caberia alguma forma de “ortodoxia retributiva”.

Essa operação simbólica é estratégica: a heresia cátara é transformada em prefiguração das agendas contemporâneas combatidas pela extrema-direita religiosa. Em termos históricos, é um absurdo: as fontes inquisitoriais revelam muito mais sobre as fantasias de seus inquisidores do que sobre a estrutura real das doutrinas cátaras. A “doutrina” apresentada no vídeo é uma montagem funcional ao discurso reacionário moderno, não uma reconstrução baseada em fontes do século XIII.

O vídeo apresenta a Inquisição como forma de “proteger a alma” dos desviantes e “evitar a barbárie popular”. Essa lógica reconstrói a violência inquisitorial como expressão de cuidado pedagógico, ecoando uma pedagogia autoritária em que castigar é amar, e salvar requer punir. O herege, nesse modelo, é um filho rebelde que deve ser corrigido para o seu próprio bem.

Essa inversão moral é típica de discursos teológico-paternalistas e encontra paralelo nas falas contemporâneas que defendem “cura” para sexualidades dissidentes, “resgate moral” de indígenas, ou “disciplinamento espiritual” de mulheres desobedientes. A Inquisição, assim, passa a ser modelo ideal de gestão moral do dissenso, apresentada como alternativa superior ao Estado liberal laico.

Esses discursos compartilham uma operação central: o reencantamento da violência institucional por meio da narrativa apologética. A tortura, as execuções e os autos de fé não são negados, mas ressignificados como exceções, desvios ou práticas justificáveis num contexto de salvação das almas e preservação da fé. Em lugar da crítica, propõe-se a catequese. Em vez da história como campo de problematização, afirma-se a história como ferramenta de doutrina.

4- A PRODUÇÃO DO HEREGE COMO INIMIGO MORAL

Um dos aspectos centrais da retórica revisionista da direita presente nos vídeos analisados é a construção do herege como figura simbólica do inimigo absoluto, cuja presença ameaça não apenas a ortodoxia religiosa, mas a própria ordem civilizacional. Trata-se de uma estratégia discursiva que atualiza e reinscreve a lógica inquisitorial no imaginário contemporâneo: o herege do passado é transformado em figura especular dos dissidentes do presente, reunindo características atribuídas a feministas, secularistas, ateus, defensores de direitos sexuais e identitários, ambientalistas, entre outros. Essa construção não tem base na historiografia crítica sobre os movimentos heréticos medievais, mas opera como uma tática de guerra cultural, em que a história é mobilizada para legitimar a exclusão moral e simbólica de grupos considerados desviantes.

Outro aspecto crucial e pouco discutido nas análises já feitas é o apagamento ativo das vítimas da Inquisição. Em nenhum momento o vídeo trata dos sujeitos historicamente perseguidos — judeus, cristãos-novos, mulheres acusadas de feitiçaria, indígenas, protestantes, sodomitas, entre outros. A supressão dessas vozes é sintomática de uma narrativa que reconfigura o poder inquisitorial como neutro ou benevolente, ignorando o sofrimento, o medo social e o trauma coletivo causado pelos tribunais do Santo Ofício.

O vídeo do canal Marcelo Andrade, por exemplo, menciona em diversas ocasiões que “a maioria dos processos resultava apenas em penitências leves”, como caminhadas ou rezas públicas, mas não identifica quem eram os alvos desses processos, nem o tipo de acusação, nem o contexto social dos réus. A invisibilidade das vítimas cria a impressão de que os julgados eram apenas hereges genéricos, apaziguando a percepção da violência institucional e moral do tribunal. Esse tipo de generalização desmobiliza a empatia histórica, esvazia os processos de reconhecimento identitário e impede a problematização da função disciplinadora da Inquisição nas periferias do catolicismo europeu e colonial.

Alcançar um número maior de pessoas, produzir sistemáticos revisionismos e negacionismos históricos sobre a Inquisição e distorcer produções historiográficas para fazê-las convergir a um ponto alheio à sua realidade são aspectos importantes que examinamos e que também foram objeto de estudo em outros artigos e trabalhos. Contudo, entendemos que a junção desses fatores, ainda que articulados, não explica a força e a perenidade de comportamentos extremistas que usam a religião, e no caso aqui em exame, a Inquisição, como meio de sustentar suas posições políticas.

Entendemos que para avaliar com precisão e acurácia esse fenômeno que corrompe a história pública, inundando-a com informações infundadas e descontextualizadas, é imperioso incluirmos o processo de sacralização da política e da história empreendido. Como salientou Roger Caillois (1992. p. 42-43), conforme a religião, força que manipula e operacionaliza o sagrado, assume protagonismo, também o sagrado, por definição, enleia os demais campos da vida social, torna-os dependentes dele ou de sua lógica de funcionamento. Em outras palavras, a “sacralização” da vida cotidiana altera as regras de funcionamento do dia a dia e da vida comum.

A Inquisição, instrumentalizada por grupos políticos, entra na equação como parâmetro definidor das práticas da vida social, como fizeram no passado. Essa atualização da Inquisição serve como mote para contrabalancear a noção de um futuro perdido apresentado pela crise do regime de historicidade. Assim, aquele tribunal, repaginado e descarnado da sua realidade histórica, afigura-se como um exemplo a ser seguido nos tempos atuais contra os “erros”, os “desvios morais e éticos” e a falta de perspectiva de futuro. Mas a invocação desse artefato histórico, revivido pela alquimia do negacionismo,

como mostrou Rocha (2021) só pode ser efetiva e completa se houver aquele substrato especial do discurso religioso que engolfa a visão de mundo, fazendo a realidade cotidiana operar segundo a lógica religiosa. Ora, se aqueles que seguem o padrão social desejado são os “bons”, puros e verdadeiros, logo, pela lógica do jogo religioso (CAILLOIS, 1992. p. 140-145), o demônio, o mau, o corrupto é aquele que se opõe aos valores defendidos pelos justos. Esse era, diga-se, o sistema binário pelo qual operava a lógica inquisitorial na época moderna entre os séculos XVI e XVIII, opondo os fiéis cristãos contra toda súcia de hereges, feiticeiros, bruxas e desviados (BETHENCOURT, 2002. p. 120-125).

Ao operar essa lógica e trazer para o campo de disputas sobrenaturais a discussão política, o que se intenta é suspender o debate político pelas regras comuns, para trazê-lo sob as regras da fé, onde dogmas, preceitos e crenças estão acima da racionalidade científica, da lógica formal ou mesmo da realidade em si (CAILLOIS, 1992. p. 50 passim.). É aí que é inserida a analogia feita pelo padre José Bernard e recuperada por Igor Rocha de que a perseguição aos hereges cátaros pela Igreja no século XII seria comparável à perseguição dos comunistas durante a Guerra Fria, ou seja, uma batalha do bem contra o mal, uma ação para proteger a sociedade (ROCHA, 2021. p. 11). Felipe Aquino define o período da ação inquisitorial como “uma defesa dos valores cristãos, da família, do certo contra o errado”, o que, transportado para os dias de hoje, pode ser o combate até o fim contra aqueles que pensam diferente do seu projeto de “civilização”.

Mais grave ainda é o apagamento ativo promovido nos vídeos do Centro Dom Bosco e do Brasil Paralelo, nos quais os perseguidos são deliberadamente excluídos de qualquer enunciação histórica. Não há, por exemplo, qualquer menção à repressão contra os cristãos-novos em Portugal e no Brasil, à atuação do tribunal do Santo Ofício na Índia, no Peru ou na Bahia, nem à articulação entre a Inquisição e os mecanismos coloniais de vigilância e controle. Essa omissão não decorre de desconhecimento, trata-se de uma estratégia de homogeneização do passado, que visa purificar a memória da Igreja de qualquer associação com práticas de violência contra minorias.

Ao silenciar essas experiências históricas, os vídeos também desconstroem a noção de pluralidade religiosa e cultural na modernidade ibérica. Como demonstram autores como Yosef Yerushalmi (1996), Nathan Wachtel (1971) e Ronaldo Vainfas (2000), os tribunais inquisitoriais foram instrumentos centrais de supressão de identidades religiosas, étnicas e de gênero. O esforço para converter essas instituições em órgãos corretivos de “heresia moral” desconsidera não apenas o sofrimento real de milhares de pessoas, mas também a complexa rede de vigilância, denúncia, confisco de bens e aniquilamento simbólico operado pelo Santo Ofício. A reinterpretation da Inquisição promovida por movimentos conservadores como o Brasil Paralelo opera por meio de estratégias discursivas que reduzem a complexidade do fenômeno inquisitorial, apresentando-o como um instrumento civilizador da Igreja frente à “barbárie” dos dissidentes.

Ao glorificar o Santo Ofício como defensor da verdadeira fé e da moralidade, essas narrativas desconsideram os registros históricos que evidenciam práticas sistemáticas de repressão, censura e violência. Trata-se de um processo de reconfiguração simbólica do passado com fins ideológicos, que mobiliza afetos, apelos à autoridade e seletividade informacional como forma de reforçar um projeto político-cultural reacionário. Essa operação revisionista é parte de um fenômeno mais amplo, como aponta Daniela da Silva Martins (2024), ao analisar a atuação da Brasil Paralelo na série A Última Cruzada.

Essa lógica de glorificação da religião majoritária e de demonização do diferente não apenas deturpa a experiência histórica, como também projeta sobre o presente uma visão intolerante das relações sociais. Em um momento de acirramento das tensões culturais e políticas no Brasil, o resgate ideológico da Inquisição serve para reforçar discursos de exclusão, para validar perseguições simbólicas e para justificar a rejeição a valores democráticos, como a liberdade de crença, a diversidade cultural e os direitos humanos.

A história, nesse processo, deixa de ser espaço de pluralidade e escuta, tornando-se instrumento de exclusão e legitimação de hierarquias teológicas.

Uma das técnicas retóricas mais sofisticadas nos vídeos é o uso da comparação defensiva, em que as ações da Inquisição Católica são postas lado a lado com a repressão protestante em Genebra, com os julgamentos contemporâneos de crimes ou até com situações da educação atual. Essa forma de comparação — também observada em discursos negacionistas de outros genocídios — tem por objetivo desviar o foco, dissolver responsabilidades históricas e esvaziar o juízo ético. Trata-se de uma lógica despolitizadora, que dilui o caráter sistêmico da repressão inquisitorial, naturaliza a violência como norma histórica e opera uma falsa equivalência entre contextos históricos radicalmente distintos. Essa técnica enfraquece o discernimento histórico e impossibilita a reflexão sobre a especificidade dos regimes de poder teológico-judicial.

Outro elemento inédito presente em um outro vídeo intitulado Falácia contra a Igreja, presente em Conversa paralela com Felipe Aquino e Alam Carrion, é o uso da comparação moral por escala: “a Inquisição matou menos do que Calvin”, “a execução era exceção”, “as penas eram leves”. Essas comparações são retoricamente eficazes, pois naturalizam a violência institucional ao inseri-la numa escala que sempre a torna “menor que a do outro”. A absolvição da instituição inquisitorial, nesse enquadramento, não exige a negação dos fatos, mas sua diluição moral e estatística. Trata-se de um tipo sofisticado de negacionismo, que opera por graduação, e não por negação absoluta, o que o torna ainda mais perigoso no espaço público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos vídeos produzidos pelos canais Marcelo Andrade, Brasil Paralelo e Centro Dom Bosco evidencia que estamos diante de um fenômeno mais complexo do que o simples revisionismo histórico. Esses materiais audiovisuais não apenas reabilitam a imagem da Inquisição católica como instância civilizadora, mas a mobilizam como símbolo paradigmático de um projeto político-teológico de recomposição da ordem social contemporânea. A Inquisição, nesse contexto, torna-se um emblema da luta contra a modernidade secularizada, contra o pluralismo epistêmico e contra os direitos conquistados por sujeitos historicamente marginalizados.

Diante da manipulação sistemática da memória sobre a Inquisição, impulsionada por discursos conservadores que visam consolidar projetos políticos excludentes, torna-se imperativo reafirmar o papel social da História Pública e da historiografia crítica. A disputa pelo sentido do passado é, em última instância, uma disputa pelo futuro da democracia, da pluralidade e da liberdade intelectual. O combate às narrativas falsificadas não se realiza apenas por meio da denúncia acadêmica. Exige, sobretudo, o fortalecimento de ações de democratização do saber histórico, que envolvam projetos de extensão universitária, produção de conteúdos digitais rigorosos, formações de professores e parcerias com coletivos comunitários. Trata-se de devolver à sociedade uma história plural,

contextualizada e ética, capaz de reconhecer as complexidades do passado e de problematizar suas reverberações no presente.

Nesse esforço, os diferentes campos da História, em especial a História Pública, deve assumir um compromisso inequívoco com a promoção da consciência histórica crítica. Tal consciência não se limita à acumulação de dados ou à celebração de tradições, mas implica a capacidade de reconhecer os conflitos, as exclusões e as violências que estruturam os processos históricos. É a partir desse reconhecimento que a história pode cumprir sua função emancipadora, possibilitando que sujeitos individuais e coletivos se apropriem criticamente de sua memória e se projetem no tempo com responsabilidade e liberdade.

A apropriação ou invenção de uma memória da Inquisição, constituída pela movimentos conservadores contemporâneos evidencia não apenas a instrumentalização política do passado, mas também a urgência de ações propositivas capazes de restaurar a complexidade histórica e promover a consciência crítica no espaço público. Diante da disseminação de narrativas simplificadoras e anacrônicas, torna-se imperativo articular estratégias que confrontem essas distorções e democratizem o acesso a saberes históricos comprometidos com a pluralidade e a ética.

Uma primeira linha de atuação reside na implementação de ações educativas críticas, tanto no âmbito formal quanto informal. A educação histórica deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos factuais para fomentar a problematização do passado, a reflexão sobre os usos públicos da história e o desenvolvimento da empatia histórica. Projetos de extensão universitária, cursos de formação de professores e atividades de educação patrimonial podem desempenhar papel central nesse processo, aproximando comunidades escolares e grupos sociais diversos das metodologias historiográficas rigorosas e das ferramentas de leitura crítica da memória coletiva, mobilizando outras plataformas comunicativas como vídeos, podcasts e redes sociais, a fim de dinamizar e diversificar a forma de construção e divulgação do conhecimento histórico de qualidade.

As redes sociais e os espaços públicos de memória devem ser ativados como arenas estratégicas para a difusão de saberes históricos críticos. Museus, arquivos, centros culturais, praças e plataformas digitais podem ser ressignificados como ambientes de debate público sobre a memória, articulando diferentes linguagens, públicos e formas de engajamento. A criação de campanhas de educação histórica nas redes, a realização de rodas de conversa comunitárias e a ocupação simbólica dos espaços urbanos com narrativas plurais são práticas que ampliam o acesso democrático à história e fortalecem o campo contra as manipulações ideológicas.

Por fim, a análise do vídeo como fonte histórica crítica permite perceber como as mídias digitais se tornaram arenas privilegiadas para a disputa pelo sentido do passado. A Inquisição, longe de ser apenas objeto de estudo erudito, tornou-se símbolo reconfigurado nas batalhas culturais do tempo presente. A tentativa de sua reabilitação moral, como observada nos vídeos, não é apenas revisionista: ela é parte de um projeto maior de legitimação do conservadorismo religioso e de desqualificação de tradições historiográficas democráticas, laicas e pluralistas.

Em suma, o que se observa nos vídeos não é apenas uma tentativa de revisão factual dos episódios inquisitoriais, mas um esforço coordenado de reconstrução simbólica da autoridade católica tradicional, cuja face mais visível é a tentativa de converter a Inquisição em modelo civilizacional. Trata-se de um projeto ativo de hegemonia cultural, em que a memória religiosa não é apenas evocada é disputada, moldada e mobilizada como arma contra a pluralidade, o secularismo e os direitos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Felipe. O que foi o período da Inquisição? | Prof. Felipe Aquino - Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bif3Dm-YWs0>. Acessado em: 22/3/2025.
- AQUINO, Felipe; CARRION, Alam. Falácia contra a Igreja – Conversa paralela com Felipe Aquino e Alam Carrion. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0VC5LyHfo4>. Acesso em: 12/3/2025.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 42, n. 87, p. 161-184, ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Rio de Janeiro: Edições Globo, 2000.
- BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-203
- BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**. Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV a XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BORROMEU, Agostino. (org.). **L’Inquisizione**. Atti del Simposio Internazionale. Cidade do Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1992 (1950).
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Transversos: Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, set. 2016.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- DIANA, Elvis de Almeida. Contra os negacionismos: A História Pública, o ensino de história e o papel do professor de História como intelectual público no combate aos abusos do passado. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 911–942, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/48150>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- FALBEI, Nachman. **Heresias medievais**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FLAMARION, C.; VAIFAS, R.. (orgs) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2010.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013 (2003).
- JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Editora Ática, 1992 (1981).
- JAUSS, Hans Robert. A Estética da Recepção. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LANCASTER, Lucas. Uma breve história da Inquisição – Prof. Lucas Lancaster – Centro Dom Bosco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARHgI6S3JLQ>. Acesso em: 11/3/2025.
- MAIA, Tatyana de Amaral. “Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: A crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022)”. In: **Varia Historia**, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. 32 pp.
- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa, 1536 - 1821**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- MARTINS, Daniela da Silva. O revisionismo histórico da Brasil Paralelo: alguns apontamentos e possibilidades de enfrentamento. **Revista Angelus Novus**, São Paulo,

- Brasil, v. 15, n. 20, p. 220575, 2024. DOI: 10.11606/issn.2179-5487.20.2024.220575. Disponível em: [https://revistas.usp.br/ran/article/view/220575..](https://revistas.usp.br/ran/article/view/220575) Acesso em: 30 abr. 2025.
- MENESES, S.. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 61–87, ago. 2021.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf
- MORAES, L. E. S. Negacionismo a Extrema-Direita e a Negação da Política de Extermínio Nazista. **Boletim Tempo Presente (UFRJ)**, v. 1, p. 3, 2013.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Lembrança do presente**: ensaios sobre a condição histórica na era da internet. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021. DOI: 10.5965/2175180313342021e0201. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, Igor Tadeu Camilo. “Apologistas e falsários do séc. XXI: negacionismo e usos da história da Inquisição em sites católicos brasileiros (2004 – 2019)”. In: **Revista de História**, n.180, a06020, 2021.
- RODRIGUES, Icles. História no YouTube: relato de experiência e possibilidades para o futuro. In: TEIXEIRA, Ana Paula Tavares; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de (org.). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- RUÍZ, Teófilo F. “La inquisición medieval y la moderna. Paralelos y contrastes”. In: ALCALÁ, Angel. (Ed.). **Inquisición española y mentalidad inquisitorial**. Simposio internacional sobre Inquisición. Ariel: Barcelona, 1984 (1983), p. 45 – 66.
- TONON, Raphael. Os números da Inquisição são completamente chutados, com Raphael Tonon – Marcelo Andrade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xS6uWJlvawA>. Acesso em: 11/3/2025.

Recebido em: 30 de abril de 2025

Aprovado em: 18 de agosto de 2025